

Os territórios existenciais dos moradores de rua de Belo Horizonte¹

Mariana Vilas Bôas Mendes

Os moradores de rua ou aquelas pessoas que tiram da rua o seu sustento, assim como os andarilhos, participam da literatura e do imaginário popular pelo menos desde as cidades medievais. Muitas vezes foram tratados como personagens cômicos, que realizam trabalhos subalternos, outras como mendigos através dos quais podemos praticar a caridade e garantir nosso lugar no céu ou ainda como criaturas perigosas, homens criminosos ou monstros assustadores.

Nas sociedades contemporâneas parte dessa visão romântica sobre os moradores de rua se perdeu, restando uma perspectiva ambígua que os encara como problemas sociais, ora como vítimas, dignas de caridade, ora como bandidos potenciais, dignos de apanhar ou ir para a cadeia antes mesmo que pratiquem qualquer crime.

É sobre os moradores de rua de Belo Horizonte e os agenciamentos através dos quais constroem seus territórios que versa esse artigo.

Pesquisando os moradores de rua

Durante cinco anos, entre 1997 e 2002, trabalhei junto aos moradores de rua que frequentavam o Centro de Referência da População de Rua (CRPR), onde fui monitora de uma oficina de teatro. O CRPR é um equipamento da prefeitura de Belo Horizonte onde os moradores de rua podem passar o dia, guardar objetos, tomar banho e lavar roupa e que oferece também outras atividades como oficinas de teatro, esportes, música, artes plásticas, leitura etc. O CRPR não oferece alimentação, exceto em circunstâncias especiais, nem passagens de retorno à cidade de origem dos moradores de rua e não serve como dormitório, mas é um equipamento que encaminha os moradores de rua para outros tipos de atendimento como esses mencionados e também para o atendimento médico-hospitalar.

¹ O presente artigo resulta da pesquisa realizada para fins da minha dissertação de mestrado sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte, orientada pelo prof. Dr. Eduardo Viana Vargas e defendida na Universidade Federal de Minas Gerais em março de 2007.

Durante minha pesquisa de mestrado, concentrei minha atenção sobre os moradores de rua que circulam pela região central da cidade, dentre os quais entrevistei alguns. O enfoque na população de rua do centro da cidade não foi aleatório e se deveu, em primeiro lugar, à própria concentração de moradores de rua nessa região da cidade. Além disso, no centro da cidade podemos encontrar a maior parte dos segmentos que compõem a população de rua.

Entre 2002 e 2003 fiz algumas incursões a campo para visitar malocas² – especialmente ao conjunto de malocas que se encontrava numa área de ocupação da Associação dos Catadores de Papel, Cartolina, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) –, e entre dezembro de 2003 e fevereiro de 2004 foram realizadas as entrevistas e a observação dos moradores de rua que ficam nos arredores do CRPR. Após esse período, retornei algumas vezes ao CRPR de Referência em busca de informações sobre seu funcionamento, sobre a população de rua de Belo Horizonte e sobre as demais instituições de atendimento a essa população.

Além disso, os baixo-viadutos, assim como as instalações sob as marquises e os moradores de rua que dormem em qualquer parte da calçada sempre estiveram na minha vida, já que habito esta cidade e circulo por ela, como pedestre, como motorista, como passageira de automóveis, ônibus e táxis. Convivi com moradores de rua tanto na condição de agente da rede de atendimento à população de rua, como na condição de pesquisadora e de cidadã (ou cidadina). Muitas vezes temi e temo pela minha segurança diante dos moradores de rua. A convivência com eles não me fez acreditar que sejam pessoas inofensivas. Também não me anestesiou a exposição de seu sofrimento ou de sua miséria, embora me tenha feito entender que se trata de um sofrimento e de uma miséria expostos, mas não necessariamente maiores ou mais importantes do que o de outros indivíduos ou coletivos humanos. Também, como habitante da cidade, estive e estou em contato com pessoas que, sabendo ou não do meu interesse pela população de rua, me contaram suas experiências com moradores de rua ou me diziam o que pensam a seu respeito. Aqui acompanho Goldman (1999) e Passaro (1997), que afirmam que o estudo de nossa própria sociedade nos coloca sempre em situação de pesquisa, mesmo quando estamos passeando, nos deslocando entre a casa e a escola, bebendo na calçada, saindo do supermercado, estacionando o carro etc. Nesse caso, a observação participante não se restringe ao momento que delimitamos arbitrariamente para a pesquisa.

² Casas construídas por moradores de rua com materiais encontrados nas ruas e que geralmente se encontram próximas às vias públicas.

A população de rua de Belo Horizonte e seus segmentos

Segundo censo realizado em 2005, havia em Belo Horizonte 1.164 moradores de rua. A maioria dessa população é composta por homens adultos, entre 18 e 40 anos. Grande parte dos moradores de rua de Belo Horizonte circulam pelo hipercentro da cidade, onde se encontram alguns dos equipamentos de atendimento a essa população, e fazem dessa região da cidade seu território existencial.

A população de rua de Belo Horizonte é composta por pessoas das mais diversas origens, algumas vindas de cidades e regiões diferentes do país, outras naturais da própria cidade. Algumas passam a vida se deslocando, outras se fixam na cidade e podem passar a maior parte da vida sem se afastar de uma determinada praça, rua ou viaduto. Umas estão nas ruas desde a infância ou da adolescência, outras foram para a rua depois de adultas ou mesmo depois de velhas. No entanto, na rua, essa população se mistura e se divide conforme critérios que não correspondem propriamente às suas origens ou mesmo aos fatores que as levaram a viver nas ruas, mas sim aos arranjos entre as estratégias adotadas por elas para viver nas ruas, a natureza dos seus deslocamentos e o estado geral de saúde física e mental em que se encontram.

Para melhor compreender os moradores de rua de Belo Horizonte, me apropriei de parte de suas próprias classificações organizando-as em quatro segmentos: os migrantes, que não são propriamente moradores de rua (e não se consideram como tal), mas que eventualmente se integram à população de rua; os trecheiros, que são pessoas que vivem se deslocando entre as cidades e que se misturam aos moradores de rua por onde passam; os maloqueiros, que constroem suas moradias à beira das calçadas, em terrenos baldios etc., e os caídos, que são aquelas pessoas que se encontram em um estado bastante degradado de saúde física ou mental e vivem literalmente caídas nas calçadas ou sob viadutos.³ Essas categorias não são estanques e dizem mais dos agenciamentos, aqui compreendidos como “conexões de fluxos” (Perlongher 1987) em que os moradores de rua estão enredados ou que enredam, do que de identidades que eles carregam. Isso porque, como veremos, é no território que existem o trecheiro, o maloqueiro e o caído e é nele que o trecheiro pode vir a ser um caído, um caído pode ser

³ Essa classificação reduz a quatro categorias os termos utilizados por moradores de rua, pessoas que trabalham no atendimento à população de rua, população em geral e autores que escrevem sobre moradores de rua como vemos nos textos organizados por Rosa (1995) e nos textos organizados por Bursztyn (2000). No entanto, mesmo os termos utilizados para definir as categorias não são unívocos entre esses atores (moradores de rua, pessoas que atendem a população de rua e demais moradores da cidade) e suas concepções serão melhor explicitadas ao longo do artigo.

um maloqueiro e a maloqueira pode vir a ser uma madame. E os territórios são resultado de agenciamentos de territorialização que, conforme discutiremos a seguir, não podem ser reduzidos à ideia de simples ocupação de um espaço acabado. Devemos, portanto, entender esse sistema classificatório como “uma rede de sinais, por cuja trama transitam os sujeitos, não enquanto identidades individualizadas, definidas, ‘conscientes,’ mas como sujeitos à deriva.” (Perlongher 1987: 151) Deste modo, como afirma Néstor Perlongher a respeito dos michês, “frequentemente é um mesmo sujeito que vai assumindo e recebendo várias nomenclaturas classificatórias em diferentes momentos do seu deslocamento. Poder-se-ia falar, então, de um deslocamento do sujeito pelas redes do código.” (idem: 152) Assim sendo, conclui Perlongher:

A opção pela territorialidade em detrimento da identidade coloca em cena certa “fragmentação” ou “segmentariedade” do sujeito urbano. Assim, em vez de considerar os sujeitos enquanto unidades totais, ver-se-á, conforme esta perspectiva, que eles estariam fragmentados por diversas segmentariedades. (Perlongher 1987: 153-154)

A proposta deste artigo é que tais segmentariedades sejam compreendidas a partir dos processos de territorialização, tais como apontados por Deleuze e Guattari. Deleuze e Guattari (2002) nos apresentam três modos diferentes de territorialização, considerando a relação dos agentes e do território com o deslocamento ou a fixação no espaço: a sedentarização – ou seja, a fixação e permanência num território sem maiores deslocamentos por parte dos agentes; a migração, quando um território existencial sofre um deslocamento espacial e é reconstruído em outra parte, e o nomadismo que resulta da construção de um território existencial no próprio agenciamento de desterritorialização. Segundo os autores,

[...] o nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de o desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como no migrante, nem em outra coisa, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. (Deleuze; Guattari 2002: 53)

Considerando essas relações possíveis entre deslocamento e fixação apontados por Deleuze e Guattari, procurei englobar os diversos territórios existenciais dos moradores

de rua em duas formas gerais: o território *instalado* na cidade e o território construído na *passagem* ou no *trecho*, lembrando que o migrante só deve ser considerado morador de rua na medida em que é incorporado a essa população quando está na cidade. Um terceiro tipo território existencial da população de rua seria uma espécie de circuito percorrido pelos moradores de rua e migrantes pelas instituições que compõem a rede de atendimento a essa população – albergues, refeitórios, centros de referência, rede hospitalar, hospitais psiquiátricos etc. Veremos que mesmo essas formas de territorialização se confundem, se misturam, havendo possibilidades inclusive de desterritorialização sem que haja deslocamento no espaço.

Na Maloca, Na Rua, Tudo ao mesmo tempo agora e outras possibilidades

Deleuze e Guattari (2002) definem um território como a expressão de um domínio sobre um conjunto de elementos presentes em meios que lhe são externos. Essa expressão pode ser dar através de obstáculos que limitam o acesso ao território – como cercas, muros etc. -, de sinais visuais – como elementos decorativos ou placas -, através de sons, através de cheiros ou qualquer coisa que assinale uma diferença entre o dentro e o fora, que informe um limite. Tal expressão se mostra especialmente clara na demarcação territorial das ocupações realizadas pela população de rua.

Parte dos moradores de rua se instala pela cidade, seja improvisando casas em terrenos baldios, sob viadutos ou mesmo ocupando praças, seja ocupando simplesmente os espaços urbanos com seus objetos e alguns panos ou pedaços de papelão que possam servir de cortinas ou paredes. Quando se trata de habitações mais estruturadas – ou mais parecidas com uma casa -, elas são chamadas de maloca.

Na periferia, próximo às saídas da cidade acontece de construírem grandes malocas sob os viadutos, que são geralmente ocupadas por várias famílias, havendo casos em que tais ocupações chegam a fixar-se ao ponto de se transformar em favelas. Isso é possível porque o movimento de pedestres é reduzido e há menos pressão para a retirada dos moradores de rua (se comparada à pressão dos comerciantes e consumidores do centro da cidade).

A construção de malocas não se restringe, no entanto, à periferia da cidade. Elas estão presentes também nas regiões centrais. Na Avenida do Contorno, no hipercentro de Belo Horizonte, entre as ruas Araguari e Caetés, num terreno que pertenceu à Rede

Ferrovária Federal visitei uma grande ocupação, que hoje pertence à ASMARE, numa área de aproximadamente 400 metros de extensão ao longo da Av. do Contorno e profundidade de mais ou menos 50 metros – o suficiente para a construção de duas filas de malocas, uma junto à calçada e outra mais próxima à linha do trem, separadas por um corredor da largura de uma rua estreita. A demarcação da área é dada, por um lado, pela aproximação entre a rede ferroviária e a calçada, onde não há espaço para construir e o resto da área é todo murado: aos fundos ela acompanha o muro da linha do trem, na frente ela acompanha o muro que a separa da calçada e ela acaba num muro, onde o terreno também acaba. Quando visitei essa ocupação, entre 2002 e 2003, havia lá um conjunto de malocas, embora muitas delas já não fossem usadas como moradia, e sim como depósito para triagem de material reciclável.

Nessa ocupação algumas malocas eram usadas para triagem de lixo e outras como moradia. No entanto, nem todos os moradores da ocupação eram moradores de rua, parte deles era de associados da ASMARE, que estavam ali temporariamente para garantir a posse do terreno. Durante algum tempo os moradores de rua foram aceitos na ocupação para ajudar no processo de usucapião, mas seriam (como foram) retirados assim que a posse do terreno fosse conquistada na justiça.

Seguindo a calçada, ao longo do muro, o mau cheiro chegava a ser insuportável. O muro era todo quebrado próximo ao chão e usado como banheiro por quem estava do lado de dentro. Após urinar ou defecar os moradores das malocas que estava junto ao muro jogavam água e a urina e as fezes passavam pelos buracos, junto com a água, para o outro lado da calçada. Algumas partes do muro haviam também sido quebradas para servir como portões para os moradores que estavam mais distantes do portão que era a entrada principal.

A partir do portão, avistávamos um corredor com malocas dos dois lados. As malocas tinham tamanhos uniformes, em média 3 metros quadrados. Algumas se emendavam nas paredes das outras e outras, como a de Soraia⁴, tinham até quintal. Ao fundo (bem distante) havia um ‘muro’ de madeira e uma passagem, a partir de onde só havia lixo para triagem.

⁴ O nome de Soraia, assim como outros nomes que possam aparecer ao longo deste trabalho, é fictício. No caso dos moradores de rua com quem eu tive contato pessoal e que estavam vivos no momento em que escrevi a dissertação, os nomes foram inventados por eles mesmos; nos outros casos eu os inventei.

A primeira maloca, à esquerda de quem entrasse, era a maloca de Soraia, moradora de rua que havia sido aceita num programa de bolsa aluguel⁵ e morava nessa ocupação enquanto aguardava os trâmites para receber sua moradia. Soraia foi minha guia dentro da ocupação. Ela me levou para conhecer a área, me apresentou outros moradores e outras malocas. Dois associados da ASMARE tinham feito de suas malocas galpões de triagem e se intitulavam responsáveis pela área da ocupação, já que, segundo diziam, o processo reivindicando usucapião da área corria em seus nomes. Soraia não gostava deles. Eles me receberam muito bem, principalmente sabendo que eu estava ali para fazer uma pesquisa, e trataram logo de fazer bastante propaganda do movimento dos catadores de papel e de dizer que só permitiriam que os moradores de rua, que tinham malocas ali, fossem retirados após obterem casas no programa de bolsa aluguel.

Longe deles Soraia, que era moradora de rua e não trabalhava na ASMARE, disse que eles já tinham expulsado vários de moradores de rua da ocupação para fazer das malocas galpões de triagem, não para a ASMARE, mas para si próprios e suas famílias. O que de fato constatei ao chegar ao final da ocupação onde havia um tapume que separava do resto da ocupação uma grande área com várias malocas utilizadas para a triagem de lixo que um daqueles associados me apresentou como sendo sua e de seus filhos. Eles também me relataram casos de moradores de rua expulsos da ocupação, porque estariam usando drogas, levando material de roubo para lá e pulando o muro para se esconder da polícia.

Embora quando vistas pelo lado de fora as malocas fossem muito parecidas, por dentro eram bem diferentes, conforme seu uso e seus donos. As malocas usadas para triagem não tinham divisórias internas e eram bastante escuras. Entre as malocas usadas como moradia, as distribuições de quartos e salas variavam muito, dependendo do número de habitantes, do tipo de relação existente entre eles – uma família, um casal, companheiros de rua etc. -, do espaço disponível para a construção da maloca e da criatividade de seus construtores. Os banheiros, quando existiam, eram uma construção à parte, como se fazia em casas antigas e às vezes se usa no meio rural.

Na maloca de Soraia viviam ela, seu marido, seu filho e um cachorro. A maloca era separada das outras por uma cerca de estacas e rede de arame e a passagem era feita por um pequeno portão. Do lado de dentro da cerca havia um pequeno quintal, onde

⁵ Programa da Prefeitura de Belo Horizonte que aluga imóveis para remanejar populações que vivem em áreas de risco, mas que algumas vezes tem sido utilizado para abrigar moradores de rua em processo de saída da rua ou moradores de áreas desapropriadas pela prefeitura para construção de ruas, avenidas etc. Após dois anos de uso o imóvel pode ser transferido definitivamente para a família.

Soraia amarrou um varal de corda para secar roupas e um banheiro – um espaço fechado onde cabia uma pessoa em pé, cujo teto era uma pequena caixa d’água que era o próprio chuveiro. Esse banheiro era usado somente para o banho e a higiene pessoal, para outras finalidades usavam o mato próximo à linha do trem. No quintal havia também vasos com flores, feitos de latas de óleo ou tinta ou de vasilhames de plástico duro. As paredes da casa e do banheiro foram feitas com tapume – tábuas finas de madeira usadas para cercar casas e prédios em obras, assim como o teto. Na entrada da casa, do lado de fora, Soraia colocou um tapete para limpar os pés. A porta da casa dava para a cozinha, onde havia um armário de ferro próprio para cozinha, uma mesa com uma fruteira cheia de frutas, um isopor com gelo que servia de geladeira e uma estante que funcionava como parede, separando a cozinha do quarto-sala. No quarto-sala havia uma poltrona forrada com uma colcha (onde dormia o cachorro), uma cama de casal, uma estante que era ao mesmo tempo um guarda-roupas e onde ficava a televisão, e um berço. O piso era totalmente forrado com plásticos grossos e coloridos. A luz elétrica era puxada clandestinamente do poste de iluminação pública.

A outra maloca que visitei nesta ocupação não estava habitada quando estive lá. Era a maloca itinerante de Valquíria, um travesti que construía praticamente uma maloca por semana. Quando se cansava de uma mudava para outra. Nunca consegui chegar a tempo na maloca onde ela estava realmente morando. A maloca que ela construiu na ocupação da ASMARE também era feita de tapume (aliás, como todas as outras) e, diferentemente da maloca de Soraia, não tinha quintal, era contígua com as malocas dos lados. O chão não era forrado. Ao abrir a porta víamos um corredor. Dois quartos à direita e um à esquerda. Ao fundo do corredor ficava a cozinha. A maloca estava sem móveis e não foi possível entrar nos quartos que estavam trancados e tinham nas portas os nomes dos seus donos. A maloca tinha o mesmo tamanho que a maloca de Soraia, mas por ser mais dividida, era menos ampla. Vemos assim que, como afirmam Deleuze e Guattari (2002), os elementos que compõem o território são codificados, distribuídos espacialmente e investidos de uma expressão que registra esse território.

Observei também que, embora se tratassem de malocas muito próximas e de pessoas que se conhecessem, as técnicas usadas nas construções variavam, como se pode ver na solução dos pisos, nas distribuições dos cômodos ou na variedade de materiais utilizados em cada maloca. Aldebaran por exemplo, retirante nordestino que morava nessa ocupação, conta que fez seu chuveiro com um latão (e não com a caixa d’água, como fez Soraia), o que permitia que ele pudesse tomar banho quente até o início da

noite. Ainda assim, podemos ver que na maioria das vezes a construção desses espaços habitacionais é feita a partir de elementos decodificados (ou codificados sob a forma genérica de lixo) disponíveis na cidade que são recodificados na forma de parede, chuveiro, mobília etc. e também a partir da sobrecodificação, ou seja da atribuição de novo uso e novo significado, dos elementos arquitetônicos da cidade – na apropriação de postes, muros, viadutos etc. na forma de parede, teto etc.

Vemos assim que a população de rua sobrecodifica o espaço urbano através da própria ocupação desse território. E é também na ocupação desse espaço que são estabelecidas áreas de lazer e confraternização. Algumas instalações parecidas com as malocas, no entanto menos estruturadas, criam regiões como a que existe ao lado do Elevado Castelo Branco. Os moradores de rua fizeram uma espécie de sala usando como paredes a lateral externa do elevador e um muro de galpão de triagem. Entre essas “paredes” existem as calçadas e uma rua, que teve que ser fechada pela prefeitura devido aos altos índices de atropelamento e às obstruções causadas pelos carrinhos dos catadores. Às vezes também, na calçada que segue da rua Araguari até a Av. do Contorno, podemos ver carretéis de fio de telefone ou mangueira sendo usados como mesas onde os moradores de rua jogam baralho, usando caixotes de frutas como bancos. Esses espaços são frequentados por moradores de rua de diversos segmentos.

Regiões de fundo, onde se pode ter mais privacidade são construídas da mesma forma. São escolhidos os fundos dos viadutos ou lugares mal iluminados nas ruas ou praças para serem usados como banheiro, lugar para comer ou beber sozinho, fumar maconha ou craque, dormir ou fazer sexo. Essas regiões de fundo são especialmente mal cheirosas e evitadas pela população em geral.

De modo que dentro do território, cada elemento apresenta um código/função. Assim, os elementos que compõem o território o anunciam esteticamente e são articulados de forma a codificá-lo. A esses códigos através dos quais os elementos que compõem o território se comunicam estabelecendo relações entre si, Deleuze e Guattari (2002) chamam intra-agenciamentos. São os intra-agenciamentos que informam aos agentes as ações adequadas a cada lugar e o uso adequado de cada elemento, segmentando assim o território – como numa casa onde se tem lugares adequados para dormir, comer, cozinhar etc. com equipamentos que possibilitam essas práticas e cuja existência já informa em qual cômodo estamos. Deste modo, um território é definido não apenas por seu espaço físico, mas também por seu funcionamento (Perlongher 1994: 57; idem: 1987: 152).

O agenciamento trecheiro ou o impulso de deslocamento

Diferentemente dos maloqueiros, que se caracterizam pela fixação improvisada em um local, são chamados trecheiros aqueles que fazem da estrada – do trecho – seu território existencial. Eles tanto se deslocam juntamente com a população migrante quanto se incorporam às populações de rua das cidades por onde passam. Ou seja, o trecheiro se territorializa onde a cidade não é mais cidade, é estrada, é fronteira. Seu território é demarcado por elementos como postos de gasolina, trevos, rotatórias, guaritas. Ele vive entre mundos possíveis: a cidade que passou e a cidade que virá, tornando-se ele próprio um sujeito híbrido, ambíguo – que ora se identifica como andarilho, viajante, ora como migrante, ora como morador de rua, conforme lhe seja mais conveniente. Seu território existencial é a estrada, mas também a cidade.

Por isso, mesmo parecendo ser os mais desterritorializados dentre os moradores de rua por seus constantes deslocamentos entre as cidades, os trecheiros aparecem, tanto nas entrevistas que realizei quanto para os que atendem à população de rua, como os mais “institucionalizados” dos moradores de rua. São os que mais recorrem aos serviços de apoio a esta população e os que melhor articulam o discurso necessário para receber os benefícios do Estado ou das organizações filantrópicas.

Assim, na descrição de seu cotidiano em Belo Horizonte, todos os trecheiros por mim entrevistados incluíram a frequência aos equipamentos de atendimento à população de rua de Belo Horizonte.

Mas o trecheiro é antes um agenciamento possível dos moradores de rua do que uma parcela dessa população, como também o são as demais categorias pelas quais a população de rua se classifica ou é classificada. Além disso, um agenciamento trecheiro, se entendido como um exercício de deslocamento e desterritorialização constantes – ou de reterritorialização no caminho, na passagem – não se realiza necessariamente num trecho entre as cidades. É possível que um morador de rua, que não seja um trecheiro, permaneça em constante deslocamento mesmo sem deixar a cidade, estabelecendo assim um *itinerário de errância*, como dizem os técnicos que atendem à população de rua. Isso significa que alguns moradores de rua – conhecidos pelos técnicos como “sozinhos” e que podem ser aqui situados entre os caídos – se territorializam num bairro ou região ou mesmo num circuito de grande distância, estabelecendo uma rotina diária de ações e deslocamentos. Na região da Pampulha, por exemplo, podíamos ver todos os dias por volta de sete horas da manhã o sujeito que carregava galhos de árvore que apanhava na

mata da UFMG pela Avenida Carlos Luz até uma rotatória do Anel Rodoviário, onde podia ser visto sentado pelo resto da manhã. Assim, vemos que, do mesmo modo como alguns trecheiros estabelecem um trecho específico no qual trafegam, alguns moradores de rua estabelecem um percurso recorrente e até mesmo uma rotina das suas ações.

Black Rey, um morador de rua vindo há treze anos de Mantena, interior do estado de Minas Gerais, com quem convivi no CRPR, me relatou o seguinte trajeto diário: acorda no alto da Avenida Afonso Pena, zona sul de Belo Horizonte, anda em direção ao hipercentro e à Lagoinha procurando latinhas, toma café, joga no bicho, chega na Lagoinha e vende as latinhas sempre no mesmo lugar. Com o dinheiro das latinhas almoça no Restaurante Popular, na Avenida dos Andradas. Após o almoço vai para o CRPR, na Avenida do Contorno. Às dezoito horas, quando o CRPR fecha, ele sai em busca de latinhas em pontos predefinidos. Chega à marquise onde dorme após ter percorrido aproximadamente 15 quilômetros ao longo do dia.

Alguns moradores de rua constroem itinerários mais restritos, que englobam somente uma rua ou avenida e adjacências, um quarteirão ou somente alguns metros além do local onde se instalaram.

No seu deslocamento, buscam alimentos através de doações realizadas por restaurantes, ou se andarem por regiões de comércio ou pela caridade que cuida da distribuição de alimentos para a população carente, como igrejas, por exemplo. Muitas vezes reviram o lixo em busca de latas para vender, ou mesmo alimentos e objetos de consumo pessoal. Mas não dependem dessa atividade para viver e não a realizam de forma sistemática. Podem também realizar pequenos serviços em troca de um prato de comida – como acontece nos bairros residenciais, afastados do centro. Nas casas também eles pedem água, comida e roupas usadas, o que não acontece com muita frequência nos edifícios de apartamentos, já que o contato com os moradores é mais controlado. Por isso, embora haja muitos andarilhos pelo centro, os bairros residenciais são uma área privilegiada para a sua circulação. Por vezes, são forçados a se sedentarizar, limitados por seus próprios corpos doentes, velhos ou cansados e pode ocorrer de serem incorporados pela vizinhança – ou pelo menos de não serem expulsos – e se tornarem os “mendigos” do bairro, os “caídos” por excelência.

Havia um morador de rua na Avenida Campos Sales, em frente ao antigo Posto de Atendimento Médico (PAM – Campos Sales), cujo território era uma vasta cabeleira, barba, muita sujeira, uns papelões e uns trapos do que talvez tenha sido um colchão, uma sacola de supermercado onde guardava a comida que ganhava, uma garrafa pet, cigarros.

Às vezes tinha remédios, porque era atendido num hospital psiquiátrico. Tinha época em que não conversava com ninguém. Havia épocas em que, estando na rua, sequer mendigava. Não saía dali, nem quando chovia – seu território não incluía abrigo contra a chuva. Quando sua saúde piorava muito, dizia a vizinhança que ele era recolhido pela polícia e levado a um asilo, não se sabe onde. Depois ele voltava. Quando voltava, voltava bem e era conversador. Com o tempo ia se tornando recluso novamente. Da última vez que sumiu disseram que havia morrido, outro morador de rua da região informou que ele foi espancado na rua e não resistiu. Alguns vizinhos disseram que isso era mentira. Mas só se sabe que ele foi retirado de lá numa ambulância.

Na marquise do prédio onde moro, na região centro-sul da cidade, havia outro mendigo. Este não ficou na rua por muito tempo. No início ele se identificava como pedreiro e pintor e não se considerava morador de rua, embora dormisse sob a marquise. Fazia pequenos serviços na vizinhança. Depois passei a vê-lo revirando o lixo e andando pela Avenida Prudente de Moraes. Por fim ficou doente. Num domingo passou muito mal. O porteiro do prédio tentou socorro por telefone nos hospitais, avisou a polícia, que só apareceu para retirar o corpo.

Os moradores de rua que vivem sozinhos e perambulam pela cidade, assim como alguns trecheiros, estão muito expostos tanto à violência urbana quanto às doenças e a morte é sempre uma possibilidade muito próxima. Além disso, é uma vida que não se presta à acumulação. Pode haver fixação temporária, se a vizinhança permitir, se a região oferecer recursos adequados: uma árvore, uma marquise, acesso à água etc. Nesse caso alguns poucos objetos poderão ser acumulados e, juntamente com outras marcas expressivas, como aquelas do baixo viaduto, circunscrever um território, impor uma distância frágil e agressiva – como pepinos do mar que lançam suas vísceras contra o inimigo -, assinalar um domínio através do mau cheiro, da sujeira, da imagem desagradável, da distribuição de seus objetos sobre a calçada.

Muitos caídos não chegam a fixar um local de dormitório nem mesmo um itinerário de circulação. Tomam banho e lavam roupas, quando o fazem, em equipamentos urbanos que se destinam a isso, assim como em fontes e chafarizes, em riachos na cidade, na lagoa da Pampulha, em postos de gasolina etc. que estejam em seu caminho. Passam a vida perambulando pela cidade.

A construção do território existencial dos andarilhos, caídos ou não, passa antes pela apropriação dos lugares em que se encontram e dos recursos a que têm acesso do que por uma demarcação espacial, ao contrário dos maloqueiros. Fazem de seus corpos,

além de uns poucos trapos, sacolas e objetos o seu território existencial, sua marca de expressão, como observa a psicóloga social Cenise Vicente sobre a população de rua de Campinas:

O mau cheiro de quem não toma banho na situação de rua é uma estratégia de sobrevivência, é uma couraça protetora do corpo. [...] o mau cheiro lhes é útil, pois funciona como defesa e como proteção, afastando as pessoas. [...] O corpo é o último território que sobrou para aquela pessoa; ela perdeu, do ponto de vista do tempo, o passado, porque perdeu o direito de ter uma raiz, de ter um lugar no mundo. Ela vai perambular de cidade em cidade ou dentro da mesma cidade por vários locais e vai perdendo essa coisa fundamental, o direito de ter memória, de pertencer a uma comunidade. (Vicente 1995: 25)

Na fala de Vicente (1995) podemos notar, por um lado, os diferentes agenciamentos que assume essa expressividade territorial do corpo: “*o mau cheiro lhes é útil.*” O mau cheiro, a sujeira, a exibição pública de tudo o que deveria se realizar em ambiente privado são os obstáculos que esses moradores de rua colocam no caminho daqueles que deles poderiam se aproximar, substituindo cercas e muros.

Circuito das instituições

Belo Horizonte oferece para a população de rua algumas instituições de acolhimento, alimentação, guarda de objetos, assistência à saúde, documentação etc. Algumas dessas instituições são ligadas à prefeitura municipal, muitas vezes em parceria com grupos religiosos como a Pastoral de Rua e o grupo espírita *O Consolador*.

Diante disto, alguns moradores de rua se territorializam numa espécie de “circuito de instituições.” Há indivíduos que raramente dormem ou comem na rua. Dormem no Albergue Noturno Municipal Tia Branca ou no Abrigo São Paulo, passam o dia no CRPR e, quando não recebem sua alimentação no próprio CRPR em função de sua participação em oficinas no período da manhã, obtêm suas refeições em igrejas ou instituições de caridade.

Certa vez um morador de rua que vivia dessa forma me disse que a rua era como uma grande casa, os quartos ficavam no Albergue Noturno Municipal Tia Branca, a sala, o banheiro e a área de serviço no CRPR e o refeitório variava, sendo um dia na Bernardete (Fraternidade Espírita Irmão Glaucus), um dia na Comunidade Amigos da Rua, outro dia numa igreja Batista e assim por diante. Costumavam também dizer que

tenham uma religião diferente por dia da semana, de acordo com o fornecedor do “rango,” da comida.

Os técnicos que trabalham no atendimento à população de rua, ou os voluntários que trabalham na caridade, também participam dessa representação da casa. Eles são chamados de pais, mães, avós ou tios pelos moradores de rua. Muitas vezes eles também se consideram assim e aceitam ser chamados dessa forma – o que reforça o personalismo no atendimento a essa população, reforçando também a necessidade, por parte dos moradores de rua, de construir discursos convincentes para obterem os serviços, ou favores, que desejam ou necessitam.

Circuito das territorialidades

Nas instituições que atendem a população de rua, trecheiros, maloqueiros, caídos, todos se misturam. Assim como as malocas podem ser visitadas por trecheiros e caídos, maloqueiros podem passar uma temporada no trecho. Além disso, ao longo de suas vidas, os moradores de rua podem se estabelecer em mais de um território, e esta é uma das razões pelas quais as categorias classificatórias – maloqueiro, trecheiro e caído – não são suficientes para descrever os moradores de rua. Black Rey, por exemplo, passou por diversas cidades até se estabelecer em Belo Horizonte. Nasceu em Mantena e já passou pelo Mato Grosso, por Vitória, Carabina da Serra e Roraima. Ou Marinalva, que pegou o trecho com um namorado, quando era moradora de rua em Belo Horizonte. Ou João, que já viveu sozinho na rua, já dormiu no Albergue e já viveu em maloca. Há moradores de rua que oscilam entre o isolamento e o Albergue, ou entre a maloca e a rua, a maloca e o Albergue ou o Abrigo etc. Há também os que dormem nas instituições, mas passam o dia sob os viadutos ou frequentam as malocas.

As territorialidades dos moradores de rua se cruzam, se confundem, se englobam. Trecho-corpo-casa-instituição se encontram em um mesmo território: a rua. Na rua, os andarilhos, quando levados a se fixar, acabam por construir moradias e estabelecer fronteiras que marcam um interior e um exterior; os trecheiros se institucionalizam rapidamente nas cidades; o corpo permanece como território importante mesmo nas malocas.

Existindo no Território

Considerando um território existencial como algo que é ao mesmo tempo resultado e *locus* de agenciamentos existenciais será, portanto, nos territórios existenciais dos moradores de rua que poderão ser observadas as estratégias adotadas e os recursos disponíveis para sua vida, assim como seus afetos e suas interações sociais.

“Na rua não há nada para se fazer,” dizem os moradores de rua. Se passamos pela rua Araguari já próximo ao Elevado Castelo Branco a qualquer hora do dia, vemos sempre alguns moradores de rua, que são também catadores de lixo, encostados no muro de um galpão. Alguns dormem encostados ao muro, ou no meio da calçada. Embaixo do Elevado – quando não são retirados pela polícia – também se encontram sempre moradores de rua fazendo nada. Os moradores de rua simplesmente ocupam a rua, permanecendo muitas vezes imóveis no centro nervoso da cidade.

É nessa imobilidade, nesse *fare niente* que as ações na rua se desenrolam. De repente, quando tudo parece tranquilo, um morador de rua pega a bolsa da madame e começa a correria. Às vezes é parado por algum transeunte que recupera a bolsa e espanca o ladrão, às vezes a polícia chega a tempo, ou ele simplesmente desaparece.

As brigas também acontecem a partir de situações muito simples, quando parece que nada vai acontecer. Às vezes estão todos deitados ou sentados na rua, uns dormindo, outros conversando e do nada alguém se ofende, revida, outro se levanta e muita gente se aglomera em torno da confusão. Quando a briga acaba volta cada um para o seu canto.

Num final de tarde, quando estava tomando café no CRPR, pude assistir a uma confusão no depósito ao lado. Um casal começou uma briga. O homem, um sujeito forte, mas tão bêbado que parecia não se agüentar sobre seu próprio corpo, pegou um vaso sanitário e começou a rodar, rodar, rodar, até tentar arremessar o vaso. Já não brigava com a mulher. O vaso caiu, cortando seu pé. Pegou o pedaço de vaso e continuou ameaçando todo mundo – a essa altura havia muita gente ao redor. A polícia chegou. Ele queria arremessar o que restou do vaso nos policiais. Foi rendido e preso. A mulher chorava pedindo que não o levassem. A multidão se dispersou rapidamente. A rua parecia vazia.

A relação do morador de rua com o tempo não passa pela estriagem do tempo em horas, minutos, segundos nem, tampouco, pelo ordenamento de suas atividades. Eles ocupam e se distribuem no espaço, naquele momento. Suas ações são pouco coordenadas. Raramente marcam encontros e se encontram efetivamente. Encontram-se

por acaso na rua. Contam que quando tem festa nas malocas ficam sabendo uns pelos outros, sejam estes bem-vindos ou não. Cada um chega no seu tempo. Na maior parte das vezes se reúnem por acaso. Um descola um dinheiro, outro compra a cachaça, outro prepara qualquer coisa para comer, se o dinheiro der tem maconha, dependendo da maloca tem craque. Fazem festas para comemorar aniversários, Natal, Ano Novo, nascimentos, casamentos, batismos, ou também sem qualquer pretexto. A comida da festa pode ser churrasco ou salgadinhos industrializados e baratos. Nas festas escuta-se pagode (podem improvisar uma batucada), axé, música romântica, *rap*, *hip-hop* e música sertaneja. Pratos e copos, se necessários, são improvisados em garrafas pet cortadas, sacolas de supermercado, tampas de lata etc. No dia seguinte as pessoas comentam a festa, se os anfitriões estavam presentes, se trataram bem as pessoas, se houve briga, se alguém arrumou namorado, quem faltou, quem compareceu, quem deu vexame...

Marta, que foi moradora de rua e hoje é cozinheira de restaurante, conta que às vezes faziam churrasco à beira da “cachoeira do Arrudas,” (uma queda d’água que seria uma cachoeira se o rio Arrudas não fosse canalizado) já na saída de Belo Horizonte para Sabará. Ela e seus amigos de rua se reuniam, juntavam dinheiro para comprar carne, carvão, bebidas etc. e caminhavam do centro da cidade até a “cachoeira” para fazer o churrasco.

Os moradores de rua, quando são chamados ou quando veem alguém chegando com cachaça ou preparando alguma droga para usar, se agrupam e bebem, fumam ou cheiram juntos. A cachaça é o principal vetor de aglutinação da população de rua. Ao seu redor os moradores de rua se reúnem, conversam, contam piadas, às vezes jogam baralho. Quando ela acaba, um dorme num canto, outro na calçada, dois discutem, outros continuam o jogo. A sua frequência é tamanha, que um morador de rua, decidido a parar de beber, contou em uma tarde quantas vezes a garrafa de cachaça passou pelas suas mãos. Ele resistiu por mais de 40 vezes. Dois dias depois foi encontrado desmaiado de tanto beber, na calçada da rua Araguari.

Não é todo mundo na rua que consome drogas ilícitas. O uso dessas drogas é duplamente perigoso: é preciso ter dinheiro para pagar o traficante e é preciso tomar cuidado para evitar a polícia. Além disso, o preconceito que existe contra o uso e os usuários de drogas ilícitas entre os não moradores de rua existe também entre os moradores de rua. Preconceito que existe também em relação à cachaça: consideram que é a cachaça, e não a bebida alcoólica em geral, que faz com que a pessoa seja caída, “pinguça” ou “cachaceira.”

A mesma potência que a cachaça tem para reunir os moradores de rua, ela tem para gerar desentendimentos. A princípio, quando eu perguntava quais eram os principais motivos de atrito entre os moradores de rua e eles me respondiam a cachaça e a droga, eu pensava que essa era uma espécie de resposta padrão da qual eles esperavam que eu os levasse a concluir que não deveriam beber ou se drogar. De fato, há um certo moralismo nessa resposta, mas se perguntamos a eles: “depois de beber cachaça, o que faz com que vocês briguem?”, ouvimos que brigam por ciúmes, por dinheiro, por antipatia gratuita. Se um não gosta do outro ele pode, por estar embriagado, fazer acusações de cunho ofensivo – como falar mal da mãe ou da família (mãe, na rua, também é especialmente sagrada), chamá-lo de bêbado ou de maloqueiro. Essas acusações costumam ser respondidas com um soco na cara ou como aconteceu com Isaura, uma moradora de rua que dormia sob o Elevado Castelo Branco, que teve sua garganta cortada. Perguntei o que aconteceu para que ela tivesse sua garganta cortada. Ela me respondeu:

Não sei. Cachaça demais, nós tudo. Era final de ano, né. Aí todo mundo bebe mais. Ela nunca gostou de mim. Ela nunca gostou de mim e nem eu dela, né. Aí aconteceu. Aí aconteceu isso e nós não conversa mais, é ela pra lá eu pra cá. (Isaura)

No decorrer dessa mesma entrevista, comecei a perceber que eu deveria levar mais a sério essa resposta. Como eu esperava mesmo uma resposta moralista, não notei que a frase “briga-se por causa de cachaça” tinha um conteúdo bastante objetivo: briga-se *pela* cachaça. Como Isaura me disse,

E outros motivo é que às vezes, a cachaça, né, que suponhamos assim, a gente já levanta de manhã bebendo, aí por volta lá de 9 horas, 10 horas, então já costuma ter uns que já tá mais bêbo, outros que aguentam mais bebida. E aí aqueles que não aguenta mais começa a caçá uma [...] começa uma pequena confusão, quando vai ver a confusão é grande. [...] Pela cachaça. Por exemplo: às vezes a cachaça é minha, aí eu não quero dar à outra pessoa. Não vou dar porque é minha. Aí a outra pessoa começa brigando por conta da minha cachaça. Aí de repente às vezes chega até a avançar na minha mão e tomar de mim. Aí já gera uma confusão. (Isaura)

Quando entrevistei Tequinho, um morador de rua que tinha por volta de dezenove anos, com histórico de internação por uso de crack desde a adolescência e que

morreu atropelado pouco tempo depois da entrevista, ele também comentou sobre o risco que se corre brincando com a droga e a bebida alheias:

Caçar confusão é [...] provocando o outro, tipo, se tá bebendo com o cara desde cedo aí ele já começa a beber não aguenta a onda dele, já começa a caçar confusão [...] então ele já começa com a brincadeira de mau gosto. Tem umas brincadeira que homem não pode brincar [...] tipo assim brincar negócio de dar soco, jogar pinga fora, pegar boné da gente assim falar que tá tomado, mandar a mãe da gente tomar no cu, ou senão é [...] já começa a falar safadeza com a sua família, com negócio que cê já tá triste mesmo, ou senão cê tá fumando seu negócio e toda hora coloca a mão no cachimbo, assim [...]. (Tequinho)

Muitos moradores de rua se endividam (uns com os outros, inclusive) para comprar drogas e bebidas. Há também aqueles que comem, bebem ou consomem drogas a custa de outros – a esses se aplica, entre os moradores de rua, o termo maloqueiro no seu sentido mais pejorativo, o do “cara folgado que vive encostado nos outros.” Essas são situações tensas, mas o pior que pode acontecer é quando um morador de rua recolhe dinheiro entre seus companheiros para comprar droga ou cachaça, desaparece com o dinheiro e é encontrado embriagado, sem bebida ou droga.

Eventualmente, a bebida pode ser roubada de armazéns ou supermercados, mas essa prática é arriscada pois, desde que entram nesse tipo de estabelecimento, os moradores de rua são observados pelos caixas ou vendedores e a vigilância sobre seus atos é grande. Roubar o dinheiro para comprar a bebida ou buscar alternativas, como se comprometer a pagar da próxima vez, são práticas recorrentes. Em relação às drogas ilícitas a situação é mais complicada, pois é mais difícil roubar drogas dos traficantes – eles geralmente estão mais bem armados e mais dispostos a atirar do que os caixas de supermercado e donos de armazéns. Eventualmente ocorrem conflitos entre moradores de rua e traficantes nas proximidades do Albergue Noturno Municipal, que fica numa região onde a atuação do tráfico de drogas é muito intensa. O mais comum é que, quando há furto ou roubo de drogas por parte dos moradores de rua, ele se dê entre os próprios moradores de rua. Esse tipo de situação gera conflitos muito graves, geralmente chegando a espancamentos e facadas.

Os moradores de rua mais conhecidos e respeitados raramente são vítimas de roubos por parte de seus companheiros, ao contrário dos mais caídos que estão sempre mais vulneráveis, dependendo geralmente de alguém para defendê-los enquanto dormem

nas calçadas, como é o caso do marido de Isaura – que dormia na calçada enquanto eu a entrevistava. Antes da entrevista ela retirou dele o boné e algumas coisas no bolso da camisa para evitar que outros o fizessem. De qualquer forma, os moradores de rua furtam muitas coisas uns dos outros, mas essa não é, nem pode ser sua única fonte de renda ou de obtenção de provisões.

Onde está o dinheiro?

De onde vem o dinheiro para comprar a cachaça e outras provisões? É, sobretudo, de trabalhos que exigem pouca ou nenhuma escolaridade ou especialização que a população de rua garante a sua renda. Em uma pesquisa realizada sobre a população de rua do Rio de Janeiro, Sarah Escorel constata que:

Podem ser assinalados três grandes grupos de atividades realizadas com vistas a obtenção de rendimentos: catadores, atividades vinculadas à mercantilização do medo ou propriamente à criminalidade e a mendicância. Porém, as atividades da maior parte dos moradores de rua têm a intermitência como característica principal; são atividades que precisam ser buscadas diariamente: dependendo das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades, o morador de rua pode estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas. A atividade de biscateiro, o ‘faz tudo’ que respondia às pequenas e variadas solicitações de consertos domésticos, foi substituída pelo ‘faz qualquer coisa’, solicitada ou não. São as ‘virações’, qualquer atividade (ao seu alcance) que possa se reverter em dinheiro, alimentos ou outros donativos. Como dificilmente conseguem auferir rendimentos necessários à sua reprodução (mesmo levando em conta o rebaixamento dos custos em função de sua moradia nas ruas), devem associar atividades variadas com a obtenção de auxílios (monetários ou não) de particulares ou de instituições. (Escorel 2000:163)

As atividades, como coloca Escorel, são conciliadas. Catam latinhas, vigiam carros e pedem esmola ao mesmo tempo. Procuram fazer todas essas coisas próximos ao local onde dormem. Por isso muitos moradores de rua preferem dormir na rua que nos albergues, já que o horário de atendimento dos albergues é incompatível com o trabalho noturno.

Quando anoitece, quem tem carrinho vai puxar carrinho, recolher lixo para reciclar. A noite é também a melhor hora para vigiar carros, é quando as pessoas se sentem mais inseguras, o ritmo da cidade desacelera e os guardadores de carro têm mais

tempo, tanto para conquistar os clientes, quanto para achacá-los. Os que viram o lixo sem carrinho não têm hora para o trabalho. Procuram suas latinhas sempre que estão caminhando pelas ruas. Recolhem o suficiente para pagar o almoço ou a cachaça. Os trabalhos são feitos assim, na medida do desejo e da necessidade, como faz Black Rey:

É [...] quando eu saio aqui do Centro de Referência é o seguinte, eu só sei que uma coisa de fazê, eu vou daqui eu vou catando umas latinha, já tem os ponto, os lugar que eu pego umas latinha [...] À noite, depois das 18 horas. Então eu chego, pego a latinha, de manhã eu vendo elas [...] isso aí é um [...] é um tipo de vida que eu tenho. [...] Onde? Eu vendo aqui na [...] na Lagoinha. Eu vendo aqui na Lagoinha. É três reais e trinta centavos o quilo. Meio quilo, oitocentas grama. Então eu, eu [...] pego as minhas latinhas e sobrevivo disso. (Black Rey)

Os que trabalham puxando carrinhos preferem fazê-lo durante a noite, quando o movimento de carros é menor e quando os escritórios põem seu lixo para fora, um lixo rico em papéis brancos, que valem mais no mercado. O trabalho de triagem nos galpões acontece durante o dia. Recolher material para vender aos depósitos nos finais de semana é menos vantajoso. Diante da necessidade explícita de quem vende, os compradores pagam menos. Alguns trabalhos, como o de vendedor ambulante ou o de “chapa” (carregador e descarregador de caminhão) dão aos moradores de rua menos autonomia quanto ao horário em que serão realizados. Mas em todos esses casos, por se tratar de trabalhos muito informais, a relação dos moradores de rua com o trabalho passa antes pela vontade de trabalhar e a necessidade de consumir do que pelo compromisso com o trabalho.

Embora os trabalhos sobre a população de rua procurem encobrir ou minimizar ao máximo a questão do roubo, como podemos ver na fala de Lourenço e Oliveira - “Esmolar para eles é ato vergonhoso, mas é muito mais fácil pedir do que roubar” (Lourenço; Oliveira 1995: 32), tanto nas entrevistas que realizei, quanto no meu convívio com os moradores de rua, eles não apresentaram muito pudor para dizer que roubam, ou, principalmente, para acusar seus companheiros de ladrões: “Morador de rua que fala que não rouba tá mentindo. Aqui todo mundo rouba.” (Baco, morador de rua). Houve uma época em que alguns moradores de rua que dormiam no Albergue aproveitavam o tempo entre o jantar e o sono para treinar como “bater carteiras.” Não aconteceu, durante as entrevistas, de justificarem o roubo pela pobreza ou pela necessidade. As principais vítimas de roubo dos moradores de rua são os próprios moradores de rua.

A mendicância, apesar de muito frequente, não deve ser generalizada ou tratada de forma homogênea. O ato de mendigar nem sempre é realizado de forma humilhante – e o que é humilhação para uns não o é para outros. A mendicância se apresenta também investida de malandragem – o termo *manguear*, utilizado pelos moradores de rua, é próprio desse tipo de ação – e investida de violência – que se expressa no ato de *achacar*, coagir uma pessoa a dar o dinheiro amedrontando-a, às vezes somente pela imposição de sua presença, às vezes ameaçando-a de agressão.

Manguear é um modo recorrente de um morador de rua obter dinheiro, passagens de ônibus ou vales-transportes, encaminhamentos para adquirir documentos gratuitamente etc. Consiste no exercício de convencer o interlocutor da necessidade de ajudá-lo, de dar a ele algum trocado, um prato de comida ou de comprar sua mercadoria. O morador de rua pode fazer isso inventando qualquer caso ou apenas sendo insistente. É uma arte bastante praticada pelos trecheiros; aliás o seu domínio é condição fundamental para a vida no trecho.

Saber mentir é parte essencial do jogo. O bom humor também. Houve um morador de rua que sempre pedia dinheiro e vale-transporte porque sua mulher estava doente e ele morava em General Carneiro. Quando ele contava esse caso com cara de ressaca para os companheiros, todos achavam muita graça da sua cara-de-pau, porque ele não era casado e não fazia ideia de onde fica General Carneiro. Além disso, contava sempre esse mesmo caso, não se dava o trabalho de inventar um novo. Um dia ele bebeu além da conta e dormiu dentro de um *container* que fica próximo à Praça da Liberdade, onde as pessoas jogam jornal e papel fora. Sem querer se trancou no *container* e só conseguiu sair no dia seguinte quando já estava sendo levado para o caminhão de lixo. Diz o pessoal da rua que o depósito de lixo deve ficar em General Carneiro.

Cada caso tem seu lugar. Na rua, para as “madames,” é melhor pedir dinheiro para comprar um prato de comida, para comprar uma passagem ou para comprar remédio. Nos equipamentos públicos não se consegue dinheiro, então eles pedem vale-transporte para olhar um trabalho, para ir ao hospital ou para “correr atrás” dos documentos.

Arroz frequentava os bares do centro da cidade com uma gaita, tocava músicas em troca de cerveja, cigarro e um “dinheirinho, se for possível.” Se os frequentadores do bar tivessem um violão ele também tocava.

Há uns moradores de rua que recebem pensão do governo por invalidez, aposentadoria, pensão por viuvez ou por divórcio. Por outro lado, também acontece de a família dos moradores de rua ajudarem-nos financeiramente, muitas vezes sem saber da situação em que se encontram. A ruptura dos moradores de rua com os laços familiares nem sempre é radical ou definitiva e, por vezes, o compromisso em enviar dinheiro para a família ou a aceitação do dinheiro enviado por familiares, assim como visitas ocasionais à família, servem para manter aberta uma fresta nas portas das casas. Esse é o caso de João e de Marta.

João, quando estava bêbado e alegre gritava para todo mundo “*o seu prefeito, o Dr. Célio de Castro, me chamô lá no gabinete dele e ele disse que é para você me dar um Real. Um Real. Se não tiver dinheiro pode ser em cheque mesmo.*” Depois se jogava de costas no chão com as pernas para o ar. Quando estava bêbado e triste, ou quando estava sóbrio, ele mostrava a todos os seus documentos, os laudos médicos e a lista de medicamentos, depois pedia ajuda para resolver um processo trabalhista que se arrastou por anos.

João vigiava carros, fazia ponto na rua dos Aimorés, próximo a um cinema, nos finais de semana. O dinheiro que João conseguia – assim como as marmitas – ele dividia com os colegas da região. Além disso ele recebia um dinheiro de aposentadoria por invalidez. Esse dinheiro, ao que parece, ele enviava todo para a mãe, que morava em Ponte Nova.

Assim como João, Marta também recebia pensão, só que por ser viúva. O dinheiro da pensão ela mandava todo para as filhas, que eram criadas pela avó paterna e por uma tia. Marta dizia que ficava na rua porque se a sogra ou a cunhada a vissem com outro homem tomariam dela a pensão e a casa que o marido havia deixado. Marta gostava bastante de namorar. O dinheiro para viver na rua ela conseguia lavando e passando roupas para outros moradores de rua. Com esse dinheiro ela “*zoava até umas hora.*”

Considerações Finais

Ao ocupar um espaço qualquer, as pessoas inserem nesse espaço elementos que transformam e codificam o espaço e um mesmo espaço pode dar origem a diferentes tipos de ocupação que, por sua vez, estão também sujeitos a mudanças. Na rua, a ocupação do baixo-viaduto pode vir a ser uma maloca ou mocó (moradia dividida por paredes feitas de tapumes, papelão ou amianto) e pode ser que ao invés de uma,

construam um conjunto de malocas e que os maloqueiros, sem sair de suas malocas, transformem esse espaço em uma favela. Pode ser que um morador abandone essa favela e se torne um trecheiro. Os territórios existenciais dos moradores de rua são resultado dos agenciamentos por eles enredados – construções, abandonos, aglomerações, ocupações, fugas etc. A produção e a transformação do território é a produção e a transformação da própria vida dos que se territorializam ou se desterritorializam. E é nesse sentido que podemos chamar um território de território existencial.

Na ocupação de seu território, a exemplo do *bricoleur*,⁶ os moradores de rua fazem do lixo urbano – fragmentos descodificados da cidade – suas casas, suas roupas, seus objetos, compondo assim outro conjunto de códigos, conteúdos e expressões. Os moradores de rua atribuem novos conteúdos a esses elementos, criando então uma rede de captura e codificação que se expande entre as fendas urbanas.

Deste modo, constatamos que, como afirma Vieira (1995: 43), “viver na rua é também viver da rua,” é compor um território existencial a partir dos elementos que a rua oferece através do próprio uso que se faz desses elementos, e assim o agenciamento cria o território. Mas a vida na rua não implica uma ruptura definitiva com o universo da casa, com as relações com a família e nem com o mercado de trabalho. A casa é, muitas vezes, recomposta na rua. Além do que, há os moradores de rua que mantêm contato com a família ou que vivem com parte da família na rua.

Enquanto parte da população e o poder público contam com cimento, tijolos, grades, documentos, leis, força policial e baldes d’água para demarcar e proteger seus territórios, os moradores de rua contam com a distribuição de seus objetos, com a sua presença, seus cheiros e seus agenciamentos para marcar a passagem para dentro do território assim como para segmentar seu território. Esses agenciamentos não apenas demarcam territórios nas ruas, mas também segmentam internamente esses territórios em espaços para dormir, comer, se divertir e em cantos separados para cada um de seus habitantes, tornando-os assim territórios existenciais. A segmentação de um território existencial na rua é resultante de uma série de codificações – quarto, sala, cozinha – que, por sua vez, derivam de uma série de agenciamentos realizados em cada uma dessas regiões e implicam na expectativa de que os códigos de conduta de cada uma dessas regiões serão respeitados.

⁶ A respeito do *bricoleur* e das formas de pensamento associadas a esse modo de produção, ver Lévi-Strauss (1998).

Trecho-corpo-casa-instituição são ao mesmo tempo modos de expressão e demarcação territorial e modos de segmentação e organização territorial da rua. A rua, por sua vez, é um território cujo meio é a cidade, é o espaço reservado pela cidade para o fluxo de carros e pedestres, de modo que a ocupação desse território como local de residência é geradora de conflitos e de negociações entre a população de rua e a população sedentária, que resultam na distribuição dessas populações.

Por isso, do mesmo modo como os moradores de rua precisam se adaptar às condições da cidade, a cidade acaba por se adaptar aos moradores de rua, tomando medidas que impedem a sua permanência em certas áreas, construindo equipamentos para atendê-los e evitar que façam nas ruas aquilo que é considerado próprio de se fazer em casas e, também, adaptando suas atividades produtivas em função da presença de moradores de rua.

Exemplo disso é que no hipercentro da cidade, nas proximidades do Elevado Castelo Branco, as construções da Avenida do Contorno que serviam ao comércio foram, aos poucos, sendo transformadas em galpões de triagem de lixo, já que os moradores de rua representavam um risco para os estabelecimentos comerciais (como aconteceu com dois estacionamentos comerciais entre a rua Araguari e a rua Ouro Preto). Ao mesmo tempo, a concentração de moradores de rua nessa região representava uma grande oferta de mão-de-obra para os galpões de triagem. Do ponto de vista dos pedestres, essa é uma área inóspita da cidade e que deve ser evitada.

Casas de comércio das imediações do Elevado, assim como os restaurantes e os postos de gasolina são citados como pontos de apoio pelos moradores de rua. Há alguns botequins, dentre eles um na rua Ouro Preto, esquina com a rua Goitacazes e outro na própria avenida do Contorno, – este estrategicamente construído ao lado do CRPR, próximo a vários galpões de catação de material para reciclagem - que vendem salgados, comida barata e cachaça e são frequentados por catadores de papel e, eventualmente, por moradores de rua. Pequenas feiras de objetos usados ou roubados podem ser vistas na Avenida dos Andradas e nas “Feiras do Rolo,” que são feiras onde se pode vender ou trocar objetos baratos, novos ou usados, roubados ou não e que são frequentes na região da Lagoinha e nas proximidades da estação rodoviária.

Assim temos que o domínio de um território construído, por exemplo, sob um viaduto, sob uma marquise ou numa calçada junto a um muro, se expressa no próprio uso que se faz desse espaço como moradia. Os elementos que marcam a passagem para o interior dessa moradia são o mau cheiro, restos de comida, cobertores e grandes latas



(que servem para transportar água, guardar mantimentos e, sobretudo como fogareiro). Eventualmente podem ser encontrados colchões, travesseiros, móveis velhos, estofamento de automóveis, roupas, fezes, urina e marcas de fumaça no teto ou nas paredes do viaduto ou no muro. Mas é, sobretudo, a presença constante dos moradores de rua que marca seu território.

Esses elementos elencados podem ser suficientes para informar a ocupação territorial, mas não são suficientes para impedir efetivamente a passagem de transeuntes e a invasão do território. Por outro lado, apesar de sua fragilidade como instrumento de proteção, algumas dessas marcas, como o mau cheiro ou as marcas de fumaça, resistem no território mesmo quando dele são retirados os moradores de rua.

Mariana Vilas Bôas Mendes

Mestre em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais
marivbm@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo versa sobre os territórios existenciais dos moradores de rua de Belo Horizonte. O objetivo maior deste trabalho é descrever e analisar como vive essa população, observando a maneira como se relaciona entre si e as estratégias de vida por ela desenvolvida, ou seja, sua sociabilidade. Interessa, sobretudo, saber como os moradores de rua de Belo Horizonte se apropriam do espaço público e de espaços institucionais da cidade para neles construir as suas vidas, deles extraindo os recursos necessários para sua sobrevivência e transformando-os com sua presença. Os dados foram obtidos através de observação participante e entrevistas, realizadas entre 2002 e 2004 para fins da minha dissertação de mestrado.

Palavras-chave: Antropologia urbana; População de rua; Territórios existenciais.

The existential territory of homeless in Belo Horizonte

Abstract: This article deals with the existential territory of homeless people in Belo Horizonte. The main objective of this work is describe and analyze how those people live in Belo Horizonte, observing how they relate to each other and the life strategies they have developed, i.e. their sociability. Mainly interested in knowing how the homeless people of Belo Horizonte take ownership of public space and institutional spaces of the city to build them their lives, drawing them the resources necessary to their survival and transforming them whit their presence. Data were collected through participant observation and interviews, conducted between 2002 and 2004 for the purpose of my dissertation.

Keywords: Urban anthropology; Homeless; Existential territories.

Referências bibliográficas

- BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 261 p.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia – vol.4*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2002. 170 p.
- SCOREL, Sarah. “Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro”. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139 – 171.
- GOLDMAN, Márcio. “Antropologia Contemporânea, Sociedades Complexas e Outras Questões”. In: *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1999. p. 113-153.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. São Paulo: Papirus, 1989 [1962]. 323 p.
- LOURENÇO, E. M.; OLIVEIRA, M. T. Bauru. In: ROSA, Cleisa M. M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 30 – 32.
- MARTINS, Ana Lúcia L. *Livres acampamentos da miséria*. Série Terceira Margem. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993. 100 p.
- PASSARO, Joanne. “You can’t take the subway to the field!’: ‘Village’ epistemologies in the global village”. In: GUPTA, Akhil and FERGUSON, James (ed.) *Anthropological Locations: boundaries and grounds of a field science*. London, Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1997. p. 147-162.
- PERLONGHER, Néstor. Territórios Marginais. In: *Saúde e Loucura: grupos e coletivos*. São Paulo: Hucitec, n. 4, p. 46 - 69, 1994.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense: 1987. 272 p.
- PBH (Prefeitura de Belo Horizonte). *2º Censo da População de Rua e análise qualitativa da situação desta população em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte: O lutador, 2006. 224 p.
- ROSA, Cleisa M. M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. 240 p.
- VIEIRA, Maria A. C. São Paulo. In: ROSA, Cleisa M. M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 43 – 45.
- VICENTE, Cenise. Campinas. In: ROSA, Cleisa M. M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 25 – 26.

Recebido em 26/08/2010
Aprovado em 16/11/2010